PROGRAMA MAIS INTEGRAL NA EDUCAÇÃO MARANHENSE: contextos e concepções em análise.

Lília Mendes Lobato
Universidade Federal do Pará
E-mail: liliamendes1@gmail.com

Ney Cristina M. de Oliveira
Universidade Federal do Pará
E-mail: neycmo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte integrante da pesquisa de Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Objetiva apresentar o Programa Mais integral (PMI), política educacional elaborada e implantada pelo governo estadual do Maranhão, e refletir sobre a concepção de educação integral que orienta essa ação, a partir da análise do modelo de gestão gerencialista na educação brasileira.

O conceito de Educação Integral está relacionado com a ideia de desenvolvimento de diversos aspectos da formação humana, nos níveis cognitivo, social, emocional, cultural, físico, estético, entre outros, ou seja, pela ideia de uma formação mais completa possível para o ser humano. (Coelho, 2009; Cavaliere, 2007). Atualmente, essa concepção de educação está relacionada ao tempo dedicado aos estudos formais, de modo que a inauguração de escolas que ofertam *educação integral em tempo integral* está em acelerado processo de expansão em todo país.

No Maranhão, a expansão dessa concepção educacional ganhou força com o Programa Mais Integral, em que o governo do estado comprometeu-se em firmar parcerias com as Redes Municipais de Educação com intuito de expandir as escolas de tempo integral em turno único no Ensino Fundamental, conforme divulgado pela Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC/MA) (Maranhão, 2022).

A metodologia de pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentando-se na análise bibliográfica e documental. A base teórica foi construída a partir de autores como Coelho (2009), Cavaliere (2007), Oliveira (2017), Laval (2019) e Peroni (2007, 2019).

Recorreu-se também a análise de documentos sobre o PMI elaborados pela SEDUC/MA, tendo como foco as *Diretrizes Operacionais do Mais Integral 2024*. Esse documento apresenta os principais fundamentos do Mais Integral e estabelece as

orientações básicas de funcionamento do Modelo Pedagógico e do Modelo de Gestão Escolar nas escolas aderentes ao Programa.

No sentido de refletir sobre os desdobramentos dessa política, organizamos este texto em 4 seções: a primeira corresponde à esta introdução. A segunda apresenta o percurso metodológico. A terceira traz os resultados preliminares, em que apresentamos características gerais do PMI e refletimos sobre a concepção de Educação Integral presente no Programa, a partir de estudos sobre o Gerencialismo. Finalizando com as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Programa Mais Integral: caracterização geral

Trata-se de uma ação do Governo do Estado do Maranhão instituído em 2021 pela SEDUC/MA que tem por objetivo ampliar a política de educação integral no Ensino Fundamental, por meio do regime de colaboração com os municípios, para atendimento da meta 06 do Plano Nacional (e Estadual) de Educação (Maranhão, 2024).

A proposta educacional formulada pelo Mais Integral tem como base referencial os pressupostos da *Escola da Escolha*, concebido pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Esse instituto é uma entidade privada sem fins lucrativos, que atua na educação brasileira através de parcerias com órgãos públicos e privados.

O Mais Integral apresenta-se como uma política de governo planejada para incentivar a inauguração de escolas de Tempo Integral como estratégia para melhorar e elevar os indicadores educacionais em todo território maranhense, e, ainda promover a educação integral dos estudantes (Maranhão 2022, 2024).

Programa Mais Integral: reflexões sobre a concepção de educação integral

Nos anos 1990, o Brasil passou por significativas transformações nas políticas educacionais, no planejamento e na gestão da educação, além de avanços no financiamento. Contudo, no contexto da reforma do Estado brasileiro, ganhou força a ideia de que o Estado não dispunha de capacidade suficiente, seja financeira ou administrativa, para atender plenamente às demandas sociais (Peroni, 2007). Nesse cenário, em que o Estado é frequentemente considerado ineficiente na gestão dos gastos públicos, as perspectivas gerencialistas e de qualidade total, amplamente promovidas por

organismos internacionais, alcançam a América Latina e passam a influenciar as políticas educacionais, propondo melhorias na administração pública (Peroni, 2019).

Aprofundando essa análise, Oliveira (2017) explica que essa dinâmica reflete um movimento influenciado pela "Nova Gestão Pública" e por lógicas de ação empresariais, em que esse modelo promove a “privatização” como uma política pública, subordinando a educação a objetivos econômicos, como empregabilidade, produtividade e competitividade.

Lembrando que a influência da lógica de mercado na esfera educacional manifesta-se de diversas maneiras, como: no mercado editorial, nos cursos de formação de professores e em serviços de consultoria. Essa interferência impacta diretamente a elaboração das estruturas curriculares e, sobretudo, a definição dos conteúdos considerados “relevantes para a sociedade” (Laval, 2019, p. 29).

No Brasil, presencia-se a rápida expansão dos modelos de educação elaborados, por instituições privadas, sobretudo pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), o qual apresenta o *Modelo Escola da Escolha* com fórmulas pedagógicas e de gestão escolar para atingir a ‘melhoria contínua dos processos educacionais’, por meio de uma educação integral. Esse Instituto possui uma rede de parceiros e mantenedores que inclui bancos e empresas privadas. Esses atores utilizam o discurso de "melhorar" a qualidade do ensino público no país para justificar sua atuação.

O Maranhão firmou parceria com o ICE durante o processo de expansão da política de educação integral no Ensino Médio. Ocorre que, os pressupostos gerencialistas incorporados à dinâmica educacional maranhense pelo ICE serviu como base pedagógica para a expansão dessa abordagem no Ensino Fundamental. Esse alinhamento é evidente nos fundamentos do Programa Mais Integral, conforme descrito nas *Diretrizes Operacionais Mais Integral 2024*: “**A proposta educacional formulada para o Mais Integral é referenciada no Modelo Escola da Escolha, concebido pelo ICE**” (Maranhão, 2024, p. 07).

Das Diretrizes Operacionais Mais Integral 2024 verificamos que o ideal formativo almejado pelo PMI consiste em um *ser protagonista*, desenvolvido a partir de um currículo organizado para proporcionar “**além da formação geral, a formação integral, para que ao final da educação básica, o estudante se constitua como autônomo, solidário, competente e participativo**” (Maranhão, 2024, p.09).

A visão do estudante como protagonista traz consigo a ideia de resiliência e responsabilização diante das instabilidades da vida contemporânea. As crises recorrentes do capitalismo demandam maior adaptabilidade dos profissionais ao mercado de trabalho. Pensar um jovem protagonista – autônomo, solidário, competente e participativo, como descrito no documento oficial, satisfaz às exigências neoliberais e, ainda, traz a ideia de responsabilidade e meritocracia para aquele jovem que não consegue sucesso pessoal, social ou profissional.

Nesses aspectos, portanto, a concepção de educação integral proposta pelo Mais Integral tem estreita relação com as concepções do Modelo de Gestão Gerencialista de educação.

CONCLUSÕES

A proposta educacional formulada pelo Programa Mais Integral tem como referência os fundamentos da *Escola da Escolha*, instituído pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Como dito, esse instituto foi responsável pela incorporação sistemática dos pressupostos gerencialistas na política de educação integral no estado Maranhão.

Pela análise dos documentos e amparados pelo referencial teórico, observamos aproximações significativas do PMI com a Corrente Gerencialista, o que nos leva a refletir sobre os interesses silenciados e as contradições presentes na concepção de educação integral difundida pelo Programa. O ideal formativo almejado pelo PMI pode estar distorcendo o que se entende como uma educação integral, no sentido de desenvolver formação humana em seu sentido mais amplo, como sujeito crítico e emancipado.

Contudo, isso não exclui a possibilidade de alinhamento do Mais Integral com outras correntes ideológicas incidentes no Brasil. A pesquisa está em andamento, portanto, os resultados apresentados não são conclusivos.

REFERÊNCIAS

CAVALIERE, A. M. V.; COELHO, L. M. C. da C. (orgs.). **Pesquisa sobre Educação Integral e Tempo Integral: História, políticas e Práticas**. Curitiba: CRV, 2017.

COELHO, L. M. **Educação Integral e Integralismo: Fontes impressas e história(s)**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 18, no 1-2, p. 83-94, jan/dez 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/lilia/Downloads/julianaoliveira,+Gerente+da+revista,+174-585-1-CE.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2024.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

MARANHÃO. Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/MA). **Modelo Pedagógico e Modelo de Gestão Escolar Mais Integral: anos finais do ensino fundamental**. São Luís: SEDUC, 2022.

MARANHÃO. Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/MA). **Diretrizes Operacionais Mais Integral 2024: rotinas pedagógicas e de gestão nas Unidades Mais Integral**. São Luís: SEDUC, 2024.

OLIVEIRA, N. C. M. A relação público-privada na educação básica brasileira: as implicações do neogerencialismo como modelo de gestão. Margens: **Revista Interdisciplinar Dossiê: Trabalho e Educação Básica**, Abaetetuba, v. 11, n. 16, p. 57-67, jun. 2017.

PERONI, V. M. V. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. **Revista IMPE**, Porto Alegre, p. 11-33, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/NhjhPwHSQNc99GT6kjdCNDC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.